

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A EDUCAÇÃO

Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva¹

Resumo: A presente pesquisa aborda questões relacionadas à discriminação étnico-racial e educacional no ambiente acadêmico, como espaço de produção de textos. Questões relacionadas à discriminação racial e a educação, que suscitam discussão profícua sobre alternativas para minimizar os preconceitos têm sido objeto de estudos que estão em evidência. Decorre disso a presente discussão, que vem contribuir com a queda da cortina de fumaça da "Democracia Racial" em âmbito acadêmico no que concerne à significação da produção escrita. O termo referido entre aspas particularmente brasileiro, vem do entrecruzamento entre dois conceitos singulares e distintos, a saber, democracia e raça. Esta expressão diz respeito às relações raciais no Brasil como convivência harmoniosa entre pessoas que estão divididas pela tonalidade da pele, mas articuladas por meio da linguagem comum. Negros e brancos são peças-chaves de um mito que funda a sociabilidade. Com efeito, a teoria dos gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin possibilita a mudança de foco na produção de gêneros e pode acarretar na elaboração de textos escritos carregados de significados.

Palavras-chave: Discriminação racial; Educação superior; Etnia.

Introdução

O Brasil carrega uma particularidade que vem do entrecruzamento entre raça e democracia, a chamada democracia racial, termo que se refere à expressão que diz respeito às relações raciais como convivência harmoniosa entre negros e brancos. Na realidade a história desse imenso país carrega o mito dessa miscigenação. “Ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de ser recrutado para posições sociais inferiores” (HASEMBALG, 1991:46).

Assim, o país, no século XXI, vive em tempos de relações sociais que provocam movimentos sociais em busca de oportunizar igualmente à todos os cidadãos a educação, integração e justiça social. Desde os anos 60 que outros países analisaram as relações sociais com o intuito de propiciar iguais oportunidades, os Estados Unidos da América oportunizam as relações interpessoais sem discriminação desde os anos 60 e vivenciaram este movimento no âmbito acadêmico de tal forma que nos tempos hodiernos existe a implementação de Políticas Públicas que têm a intenção de prover iguais condições educacionais, mudanças de conteúdos curriculares, elaboração de livro didático e abertura para um processo de escrita carregada de significados. Assistimos, infelizmente, em salas de aula no ensino superior a dificuldade de escrita. Em sua maioria tal dificuldade atinge os estudantes das mais diversas etnias, no entanto, o negro sofre maior discriminação e, alguns casos, enfrentam mais dificuldades.

A escrita carregada de significados

A partir do momento que nos destinamos a fazer algo, devemos ter em mente a importância de fazê-lo com presteza, a fim de sentir ao final do feito um prazer incomensurável. Partindo desse princípio falaremos um pouco sobre os significados que podemos atribuir ao ato de escrever, passando assim da escrita mecânica, árida e fria para momentos prazerosos de produção intelectual. Produção que independe de características físicas, cor da pele, gênero, religiosidade ou qualquer fator que padroniza a possibilidade intelectual inferior. Com efeito, o ser humano busca em sua auto-estima

¹ Professora UFPB/Virtual e UNIPÊ. E-mail: helciamacedo@yahoo.com.br

e liberdade seja negro ou branco, a luta contra o racismo é uma realidade, D'Adesky (1997) argumenta:

A aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de auto-estima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma negação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advêm a discriminação e a segregação.

De acordo com o autor o sentimento de inferioridade herdado pelos alunos negros tem sua marca profunda. Concordando com D'Adesky, acreditamos ser de suma importância para a formação de professores. Em se tratando de embate contra a discriminação o ensino oferece discussões sobre heranças históricas e culturais. Inicialmente nos deparamos com a temática apresentada e solicitada. Muitas vezes, apropriadamente, às exigências pedidas com termos específicos das letras como coesão e coerência textual, nos amedronta e em consequência nos afasta do objetivo.

Contudo, diante destas dificuldades assumirem uma postura firme e decidida é o que nos resta, se quisermos superá-las. Uma das formas de transpor desafios como esse é entender que para se escrever faz-se mister atribuir significados àquilo que queremos expressar através de textos escritos, para o movimento negro abordagens afro-brasileiras e afro-descendentes contribuem para a disseminação de uma postura igualitariamente natural entre pessoas de etnias diversas, uma vez que a carta magna preconiza a vivência plena e cidadã ao brasileiro.

A Constituição Federal de 1988, alcunhada de Constituição cidadã, em seu artigo 5º, “instituiu a discriminação racial como prática de crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Essas práticas discriminatórias aliadas à exclusão social impedem muitos brasileiros de terem uma vivência plena da sua cidadania. É possível afirmar que a “Carta Magna” incorpora algumas das históricas reivindicações dos Movimentos Negros no que diz respeito à discriminação racial, o que demonstra um relativo avanço desta matéria no âmbito do poder legislativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.304/96) apresenta a regulamentação do modelo educacional brasileiro, estabelecer colaboração com estados, distrito federal e municípios e apesar de várias lacunas, contribui para colocar na pauta de discussões questões relativas à diversidade cultural e a pluralidade étnica. No que concerne a escrita carregada de significados, cabe a nós a tarefa de percepção dos objetivos de cada atividade. Enquanto a legislação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs estão voltados para o aprimoramento e a consolida de liberdades e direitos fundamentais da pessoa humana. Vejamos, o que está no referido documento:

A aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos, porém insuficientes. Os direitos culturais e a criminalização da discriminação atendem aspectos referentes à proteção de pessoas e grupos pertencentes às minorias étnicas e culturais. Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo há de tratar do campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos

vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvos de injustiças, que se manifestam no cotidiano (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997).

De acordo com os PCNs é no âmbito acadêmico (escolar) que se deveria por excelência contribuir para que princípios constitucionais de igualdade fossem viabilizados. A escrita, portanto, pode ser feita por várias razões, tecendo considerações sobre inúmeros assuntos e, mais, poder escrever é algo adquirido, conquistado e facilmente praticado por muita gente boa que, mesmo sem saber, é capaz de produzir textos maravilhosos. O professor é importante peça do quebra-cabeça da escrita carregada de significados. É imperioso que ele tenha em sua formação o conhecimento sobre pluralidade cultural, tema que é apresentado nos PCNs (1997: 123):

A necessidade imperiosa da formação de professores no tema Pluralidade Cultural. Provocar essa demanda específica na formação docente é exercício de cidadania. É investimento importante e precisa ser um compromisso político pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores.

Importante destacar a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a LDB e inclui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira são assuntos que levam à reflexão, assim como ocorreu por força da Lei Federal nº 11.684/08, sancionada pelo vice-presidente da República, no exercício da presidência, José Alencar, em 2 de junho do ano passado. A nova lei, publicada no Diário Oficial da União de 03/06/08, alterou a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, e determinou a obrigatoriedade das duas disciplinas em todas as séries do segundo grau, tanto nas escolas da rede pública como da rede privada.

A discussão filosófico-étnica não tem limite de idade ou qualquer outro enfoque, antes de qualquer informação abordagens étnico-raciais se referem à educação e suas relações:

Crianças brasileiras de todas as origens étnico-raciais têm direito ao conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro- africanas. Jovens e adultos têm o mesmo direito. Nas universidades brasileiras, procure, nos departamentos as disciplinas que informam sobre a África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo, e de nós mesmos? (Ribeiro, 2002: 150).

Iniciemos, então, com a nossa própria condição de escritores e que seja rompido o silêncio em nossos textos.

No Brasil, ser negro é tornar-se negro. O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática (Gomes, 2001:89).

No sentido da escrito questões que abordam as diferenças são ricas e propícias para a produção. Pode-se iniciar propondo ao escritor/estudante o que Bakhtin denomina de produção de gêneros discursivos/textuais.

A noção originária de interação verbal

Em se tratando da obra de Bakhtin pode-se afirmar que a sua tese central é marcada fortemente pela a noção de interação verbal.

A noção de interação verbal postulada por Bakhtin (1999) rechaça a noção de língua enquanto sistema abstrato, dissociada de sua função social enraizada nas diversas atividades sociocomunicativas. Bakhtin (1999) defende a ideia de língua como instrumento de comunicação e de interação social, concepção esta que valoriza a dinâmica da sociedade em constante evolução, e compreende que as relações humanas não se dissociam deste meio sócio-histórico, responsável pela formação do sujeito.

Seu pensamento instaura uma perspectiva de linguagem, que se desprende da visão de língua imanente e caminha no sentido de expressar aquilo que é internalizado pelas impressões externas (BAKHTIN, 1999). Impressões estas, possivelmente encontradas embrionariamente em PFA, produzidas pelo convívio social, pelas leituras interpretativas do mundo, na qual o sujeito está inserido, efetivadas exclusivamente pela linguagem. Sendo originariamente uma atividade estética.

A expressão postulada por Bakhtin (1999), que é totalmente orientada pelos fatores externos elaborados por meio da linguagem, caminha em direção ao outro, na tentativa de compartilhar o pensamento sobre a moral. Até que ponto um pensamento teórico pode ser ético, esta é uma questão central, profunda e original em PFA, que escapa por não ser habitual em relações a outras questões fundamentais.

Assim, conceber a língua a partir desse posicionamento equivale observar que não há linguagem neutra nem desvinculada de uma finalidade. Existe uma intencionalidade entre o eu e o outro, e que essa influência acontece desde as mais eventuais situações domésticas aos mais diversos contextos de formalidade.

Dessa forma, a linguagem incide sobre o outro, provocando uma reação e, conseqüentemente, exigindo uma resposta, a qual Bakhtin (1999) chama de ação ativa responsiva.

Logo, a palavra, nessa perspectiva, é território do eu e do outro. Toda produção é elaborada por um emissor que pensa no interlocutor, que antever suas possíveis reações, porque são situações produzidas com finalidade. Bakhtin (1999) fala da possibilidade de haver efetivamente o encontro entre aquilo que é dito, e o que, de fato, possa ser compreendido. Para tanto, o signo apresenta uma dimensão ideológica (BAKHTIN, 1999) que necessita ser compartilhado, a fim de que seu sentido seja atualizado, segundo as leis contextuais.

O autor ressalta a mobilidade do signo, em detrimento da visão formalista de signo enquanto elemento estático, que repousa na abstração do sistema linguístico. Na concepção interacionista, a palavra não repousa no bloco de um dicionário, mas tão somente é atualizada a partir das dinâmicas das relações sociais; as diversas acepções assumidas por um signo são formadas frente a um processo dialógico.

A noção de Dialogismo em Bakhtin (1999) é algo que justifica o processo criativo da linguagem (Brait, 2006), através do qual se configuram as marcas do sujeito, como ser social e histórico, que vive e interage por meio da linguagem, sendo esta, possivelmente, o principal elo que os unem. Saber compreender que, em todo evento de linguagem há um já dito, que pode ser ou não recuperado, porque nem sempre essas marcas estão explícitas nos enunciados, mas que nem por isso deixam de se fazerem presentes, até mesmo porque, nem sempre, o locutor tem consciência desse processo dialógico.

A força enunciativa do ato de linguagem é guiada, segundo Bakhtin (1999), pela direção do “auditório” (VOLOSHINOV, 1976), aquele que em todo momento se faz presente, mesmo em se tratando de um texto escrito, quando o interlocutor é alguém ausente e está fisicamente distante. Porém, mesmo neste caso, é considerado que o locutor é influenciado pelas marcas desse interlocutor, seja em uma ocasião onde estes estejam em uma situação de interação face a face, ou quando essa interação ocorre um pouco mais tarde por meio de um processo de leitura. Bakhtin (1999) afirma que em ambos os casos as relações estão adequadas ao nível de formalidade linguística, prevalece à funcionalidade da língua:

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor. A palavra é um território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1999. p. 113)

Quando o autor ressalta que “*A interação constitui assim a realidade fundamental da língua*” (BAKHTIN, 1999, p. 123), ele coloca o discurso em polêmica para a importância de se discutir a estrutura social do enunciado, que se realiza por meio de um gênero discursivo. Este é realizável segundo as normas sociais, as quais orientam os comportamentos linguísticos, de acordo com as exigências das diferentes situações sociais.

Na visão bakhtiniana, a natureza ideológica do signo linguístico é efetivada na dinâmica das relações sociais, no processo evolutivo da língua, uma vez que o signo é variável e dinâmico, realizável nos mais variados contextos e usos. Carece ser considerada também, para o ato da “decodificação” (BAKHTIN, 1999), a compreensão de que apenas o sinal é algo que pertence tão somente ao domínio da materialidade linguística. Todavia, a associação do signo com o sinal ocorre o processo interativo entre locutor e receptor, são os contextos em que acontecem as enunciações, ou seja, na concretude da língua em funcionamento; em contraposição ao sistema abstrato que a interpreta como uma construção acabada. Nesse sentido, “os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1999. p.108).

Eis uma corrente que permite a construção de enunciados que agregam significados com determinados valores. Todo signo linguístico expressa um tom valorativo (BAKHTIN, 1999) emitido pelo locutor que, por sua vez, precisa ser compartilhado pelo interlocutor, no dinamismo da relação interacional, eminentemente dialógica. A discussão sobre moral em PFA possivelmente apresenta falantes impregnados à língua um juízo de valor que é construído no social, nos usos efetivos da linguagem, no curso da história, faz-se mister confrontar o conceito de tom valorativo em *Marxismo e filosofia da linguagem* e o valor moral em PFA.

Bakhtin (1999) apresenta o signo em sua função semiótica, e isso implica valorizar o sujeito produtor, o qual não pode ser desvinculado de uma cultura, e que confere a palavra significados específicos em cada contexto de uso. Dessa forma, para que o interlocutor interprete-o adequadamente, é necessário compartilhar certos conhecimentos, porque sem os quais não se efetiva o princípio interativo entre locutor e receptor. A interpretação parte da materialidade linguística e avança no sentido dos conhecimentos extralinguísticos, essenciais à produção das enunciações.

Elaborando e-mails (já que a modalidade carta está em desuso depois da tecnologia de informação e comunicação), mensagens instantâneas, bilhetes, depois passemos para pesquisas simples sobre as temáticas que nos interessam. Fazendo as

produções escritas através destes gêneros textuais percebemos mais claramente o objetivo de cada uma. Usamos a linguagem quase corriqueira na escrita de uma mensagem instantânea, enquanto prezamos pela norma culta da língua na escrita do artigo científico, aquele escrito sobre temáticas das mais diversas.

Por fim, os gêneros textuais/discursivos nos mostra claramente o que queremos dizer, por onde começar, desenvolver e concluir o nosso raciocínio, uma vez que temos claro o destinatário da produção. Teremos um cuidado especial de sermos o quanto mais claro e objetivo para garantir o máximo de absorção da mensagem que queremos transmitir. Decorre disso, a preocupação daquele que produz o texto, pois o leitor não terá acesso às explicações sobre alguma parte do texto, com a justificativa de “mas, eu queria dizer...”. Ora, em um texto escrito não se pode exigir que o escritor esteja sempre ao lado esclarecendo o que ele tinha a intenção de dizer e não disse. Assim sendo, inicie seu processo de escrita pelo processo natural do ser humano, com textos que se aproximam da linguagem coloquial, argumentando de forma mais clara possível. Depois, vá aprofundando com os gêneros que exigem domínio da língua. Não deixe de lado uma excelente orientação sobre a estrutura lingüística com todas as suas regras e façamos, pois, como uma ilustre aluna que não desiste facilmente. Pratiquemos a escrita, para que possamos escrever, com certeza, de forma certa, porque todos são capazes, absolutamente todos, bancos e negros igualmente, sem discriminação.

A discriminação racial e educação não combinam, definitivamente. No âmbito acadêmico e em lugares diversos a diversidade constrói uma sociedade cada vez mais rica.

Considerações finais

Nas últimas décadas, a questão da diferença passou a ganhar destaque nas pesquisas sociais e educacionais. O que nos preocupa é se, ao propor uma perspectiva educacional que se fundamente na tolerância, no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, etc, não estaríamos perdendo de vista o combate à desigualdade social dentro da academia, que nos preocupa há tanto tempo.

Portanto, essas questões relacionadas com as diferenças e seu tratamento no cotidiano escolar são prioritárias para a formação profissional do educador(a) que terá que no seu desempenho profissional tratar a tensão entre a perspectiva de defesa do direito à diferença com combate à desigualdade social. A globalização, multiculturalismo, questões de gênero e de raça, novas formas de comunicação, manifestações culturais e religiosas, diversas formas de violência e exclusão social configuram novos e diferenciados cenários sociais, políticos e culturais. Portanto, a educação e os processos de formação de educadores (as) não podem ignorar esta realidade e seus impactos no cotidiano acadêmico.

Por conseguinte, para escrever a língua deve-se observar as manifestações lingüísticas produzidas por sujeitos reais em situações comunicativas particulares, para assim obter uma visão do modo de funcionamento da linguagem. O que ainda há para ser feito nesse ponto é elucidar qual(ais) a(s) base da filosofia que está presente no pensamento bakhtiniano.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Lei n. ° 9.394, de 20.12.96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996.

_____. Lei n. ° 11.684, de 02.06.08: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da “Filosofia e Sociologia no Ensino Médio”.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília- MEC / SEF, 1997.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 18 ed. rev. ampl. São Paulo, 1998.

_____. Lei n. ° 10.639, de 09.01.03: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”.

D’ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Afro-àsia, 19-20. Salvador. Ufba, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. Negro, educação e multiculturalismo: Editor Panorama, 2002.